



REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

4

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Carla Rosani Fiori
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação do livro Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, funcionários, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a história da educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo de sua história (escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas,

da publicação



editora ifg



EDITORA
IFSUL



SUL

4

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.
Carla Rosani Fiori
Olliver Mariano Rosa

ISBN 978.85.67022.88-8

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



R335	<p>Região Sul/ Organização: Carla Rosani Fiori... [et.al.] – Goiânia: Editora IFG; Pelotas: Editora IFSul, 2024.</p> <p>256p.: v.4.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.4 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978.85.67022.90-1 ISBN (Impresso): 978.85.67022.81-9</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Instituto Federal Farroupilha. 4. Instituto Federal de Santa Catarina. I. Título. II. Coleção. III. Fiori, Carla Rosani (org.).</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

SUMÁRIO

Apresentação da coleção	5
Prefácio	19
Institutos Federais uma proposta revolucionária de norte a sul do país	
Apresentação	23
1. Educação, inclusão e compromisso social	27
marcos da história do Instituto Federal de Santa Catarina desde 1909	
ANA PAULA LÜCKMAN NADIA GARLET	
2. Origem histórica e expansão do Instituto Federal do Paraná	63
WILSON LEMOS JUNIOR VANESSA CAUÊ KRUGEL CARLA HAMEL WOJCIK GARCIA EDILSON APARECIDO CHAVES	
3. Uma breve história do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	105
fragmentos de sua trajetória	
MARCELO VIANNA MARIA AUGUSTA MARTIARENA CAROLINE CATANEO	
4. Dos “desvalidos da sorte” à consolidação da educação profissional, científica e tecnológica relatos históricos e expansão do Instituto Federal Sul-rio-grandense	139
CÉRES MARI DA SILVA MEIRELES CARLA ROSANI SILVA FIORI JOSÉ LEONEL DA LUZ ANTUNEZ VINÍCIUS MARTINS	

5. O Instituto Federal Catarinense por seus agentes **173**
memórias de uma trajetória em construção

SÍLVIA FERNANDA SOUZA DALLA COSTA
JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA
SARA NUNES
SHYRLEI KARYNA JAGIELSKI BENKENDORF
SONIA REGINA LAMEGO LINO

6. Instituto Federal Farroupilha **203**
Uma história de transformação social das
regiões centro-oeste e noroeste do RS

ALEXANDER DA SILVA MACHADO
CYNTHIA GINDRI HAIGERT
EDUARDO RAFAEL MIRANDA FEITOZA
ELISANDRO ABREU COELHO
MARIA ROSÂNGELA SILVEIRA RAMOS

Catálogo Fotográfico **233**

Prévia da publicação

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

De epígrafe a esta apresentação são feitos os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar a reflexão apenas ao otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando a vegetação perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, tornando-se inócua à medida que esquece seu propósito, como acusa Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio do presente rejeite o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de

¹ CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

² ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

gerações. Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em tronco de árvores plantadas de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, considerado a maior árvore nativa do país; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, chamada a “árvore da vida”. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas algumas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, se harmoniza à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm 1909 como ano de sua criação – marco que se estende às demais por se considerar referência do primeiro esforço do governo federal de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária tão influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico de nosso país quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional e, assim, contribuir para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos, registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflete a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro

de 2024, para lançamento durante a 48ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec).

Esta coleção se materializa graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo (de janeiro a outubro de 2024) se não pelo esforço coletivo. De uma parte, sete editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para a organização do volume sobre as 12 instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as 5 instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho com as 9 instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as 6 instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, com as 7 instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi sinalizada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação pela editora do Instituto Federal de Brasília do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações

da educação profissional ao longo do último século e das duas primeiras décadas do século XXI. De uma parte, pode-se exemplificar com obras como: a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizizes artífices ao instituto federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. A essas obras se somam vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da educação profissional no Brasil, como é o caso de referências importantes como os títulos de prefaciadores/as da coleção: *Saberes e Experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), organizado por Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia* (2023), organizado por José Pinheiro e José Cavalcante. A palavra deles/as refloresce as narrativas históricas presentes nestas páginas.

Nesse esforço de mapear publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível ainda encontrar pela busca na internet históricos institucionais, mas, além de estarem dispersos nos portais oficiais, por vezes, sua localização não é facilmente acessível ao público em geral – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças mais marcantes ou a mencionar a legislação principal de constituição histórica da Rede. Falta, assim, uma fonte bibliográfica em que a história particular de todas as instituições da Rede Federal possa ser conhecida para além da visão panorâmica que transita entre os marcos das escolas de aprendizizes artífices, dos liceus profissionais, das escolas industriais e técnicas, das escolas agrotécnicas, dos centros federais de educação

tecnológica e, por fim, dos institutos federais, incluindo nesse conjunto o Colégio Pedro II. Essa medida se faz necessária ainda para demonstrar quanto são urgentes o estudo, a catalogação documental, a conservação e a comunicação da memória dessas instituições, o que está patente em iniciativas mais bem estabelecidas, como se pode observar no Memorial do Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, no Centro de Memória do Instituto Federal do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, exemplos a serem replicados por todo o país a fim de que a sociedade tenha mais uma porta de entrada no universo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi instituída com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, cuja organização obedece a princípios específicos. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades de ensino descentralizadas, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Nesse conjunto, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã criada em Curitiba/PR em 1869,³ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁴ Ao mesmo tempo, há o caso, por exemplo, do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como escola

3 IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

4 IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

técnica federal autorizada em 2007, mas que foi de fato implantado já como instituto federal, iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma diversidade similar à da flora brasileira, assomou à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

A diferença temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a primeira configuração de um sistema educacional nacional na primeira década do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, que fossem criadas 19 escolas de aprendizes artífices (EAA), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁵ a efetiva implantação das escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo inicial de implantação sinaliza para a singularidade local das trajetórias dessas instituições congêneres, o que denota a tão frequente divergência entre as diretrizes legais no campo educacional brasileiro e sua aplicação no chão da realidade. Além da diversidade na temporalidade real de funcionamento das escolas, há duas exceções quanto ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma unidade da EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que passou, contudo, a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, pelo qual se aprovou em 1911 novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁶ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se guer em corpo o caule em rede.

⁵ SOARES, M. J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

⁶ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918. Apesar de serem regidas por uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país, as escolas adquiriram feições específicas de acordo com as demandas de cada contexto. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁷ praticamente todas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com diversidades e desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à medida que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação das instituições na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento em atenção à demanda do incipiente setor industrial brasileiro.⁸ A função assistencialista das escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo adquiriria novas

⁷ Cunha (2000).

⁸ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

conotações por reverberação das mudanças no cenário político-econômico, que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos sinalizavam para o percurso de reconfigurações pelas quais as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, passaram ao longo de sua trajetória decênio a decênio, em razão da reformulação das políticas acerca da educação profissional e técnica, bem como do ensino agrícola. As mudanças na formação oferecidas pelas escolas dialogavam também com o perfil do alunado atendido por elas, como sua faixa etária, sua instalação em regime de internato e a liberação do acesso ao público feminino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das escolas de aprendizes artífices deixa de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,⁹ aponta para um novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930, com um alcance nacional mais efetivo. Em 1935, Francisco Montojos, titular da então recentemente criada Superintendência de Ensino Industrial, curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, descreve as condições estruturais das EAAs e discrimina as necessidades de remodelação de seus edifícios e o custo requerido. Em documento posterior, anuncia a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹⁰ Muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, se tornaram patrimônio arquitetônico das cidades, integrando um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com o estabelecimento de uma nova organização para o recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser liceus industriais. Apesar de essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina, por exemplo, não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia, a designação de liceu existiu apenas em documentos e jornais, já que a inauguração da instituição na então nova capital de

⁹ Cunha (2000).

¹⁰ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

Goiás aconteceu em 1942 com a outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n. 4.127, que estabeleceu uma nova organização para a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Esse decreto instituiu unidades escolares por todo o país: 9 na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto/MG; escolas técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como escolas industriais); 9 na Região Nordeste – escolas técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e escolas industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; 3 na Região Sul – escolas técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e industrial em Florianópolis/SC; 2 na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT e 2 na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA.

Em 1959, a Lei n. 3.552 estabeleceu uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, lista as 23 unidades que constituíam então a rede federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que a letra da lei, em um fato notório aflora mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio daquele ano, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias escolas a fim de reivindicar a exoneração de Montojos do comando da pasta do Ensino Industrial em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹¹ Além de sinalizar para um movimento de integração multi-institucional

¹¹ ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

favorecido pela constituição comum das escolas, esse evento revela um aspecto da formação do corpo estudantil que ultrapassa uma educação profissional voltada exclusivamente para o atendimento ao mercado de trabalho – aspecto que, sem dúvida, merece uma atenção histórica.

A dimensão federal das escolas técnicas foi confirmada em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. Os diferentes nomes das instituições também participam do feito memorialístico. A designação de escolas técnicas e agrotécnicas federais foi a que vigorou por mais tempo, o que por certo criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam quando ouvem sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet-RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, se manteve mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em centro federal de educação tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, ao longo de todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças a resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a prédios, auditórios, ginásios, porque o que fizeram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela alargou e alarga seus horizontes.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previa a instalação de 200 escolas técnicas – industriais e agrotécnicas –, em acréscimo às 57 existentes, como está registrado no relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹² Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de unidades de ensino descentralizadas

¹² BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 ju. 2024.

(Uneds) nas estruturas organizacionais das escolas técnicas federais e nos centros federais de educação tecnológica. Esta, que pode ser considerada a primeira grande expansão da Rede, foi, contudo, menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar no Anexo II da Lei n. 8.670/1993, em que são listadas apenas 33 Uneds, distribuídas em 19 estados. Por meio dessa lei, também foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 escolas agrotécnicas federais em 6 estados brasileiros. A visada para o passado é indispensável ao mapeamento dos descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções para o futuro.

As escolas agrotécnicas federais possuem percursos ainda mais particulares que as instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, é criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, tem-se a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, há a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente a esse ensino e em sua concepção formativa: patronatos e aprendizados agrícolas, escola de iniciação agrícola, escolas agrícolas, escolas práticas de agricultura, ginásios e colégios agrícolas, escolas agrotécnicas.

Apesar dessa diversidade cronológica, houve leis que repercutiram de forma mais abrangente sobre várias dessas instituições, sinalizando para sua

configuração como rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários patronatos agrícolas e sua transformação em aprendizados agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de colégio agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as escolas agrotécnicas federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que repercutiu na organização de várias instituições.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal escolas técnicas e agrotécnicas, deu início ao processo de cefetização, trazendo à cena a institucionalidade dos centros federais de educação tecnológica e uma atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹³ Quando a autora submeteu seu artigo, o governo Lula já havia começado a expansão da Rede Federal, que teve início em 2005 e prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, com foco na periferia dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior.¹⁴ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se estabeleceu: a Ifetização. Como resultado dessa expansão, em 2024 existem 685 unidades, incluindo as vinculadas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e às 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais.¹⁵ Para apresentar a paisagem atual dos IFs, dos Cefets e do Colégio Pedro II, incluímos, ao fim de cada volume, um catálogo de registros fotográficos dos câmpus e das sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes

13 CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

14 BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoefs/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

15 BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

localidades das cinco regiões do país. Estabelece-se um panorama como referência para um marco da história recente: o anúncio em março deste ano de outros 100 câmpus, uma maneira simbólica de comemorar o aniversário comemorado em setembro último.

Embora ao longo desses 115 anos haja marcos legais que se referiram às instituições que compunham a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, as diretrizes e determinações adquiriram feições peculiares em sua inserção na realidade local e regional. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização de onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades constitutivas hoje da capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Não se desenvolveu, todavia, de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de diferentes esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para compor nesta coleção em poucos meses de um verdadeiro mutirão, que envolveu tanto a elaboração dos textos quanto a seleção de fotos marcantes do passado e do presente de cada instituição, dispostas em belos mosaicos ao fim dos capítulos. As páginas que se somam nesta floresta de palavras e imagens são sementes a ser plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre estas memórias, amadurecidas pelo ciclo de outras estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco. Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”.¹⁶ Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas. Esse sonho, contudo, não foi confabulado pelo sono, mas

¹⁶ KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁷ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se inscreve, todavia, em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁸ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso percurso, talvez com a escuta ao longe da voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”¹⁹ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Inspirado nessas palavras poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir em singular no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado do percurso de um pesquisador que não tem a Educação Profissional e Tecnológica entre seus principais focos de interesse, porém que aprendeu com Paulo Freire a importante lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet-GO e servidor do atual IFG, tenho esta instituição e a Rede que ela integra como larga parte do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/ às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER MARIANO ROSA

ORGANIZADOR-GERAL DA COLEÇÃO

¹⁷ MELLO, Thiago de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁸ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

¹⁹ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

INSTITUTOS FEDERAIS

UMA PROPOSTA REVOLUCIONÁRIA
DE NORTE A SUL DO PAÍS

Os institutos federais (IF) são importantes não apenas pela sua implantação em todo o território nacional e por sua notável qualidade, moldada num projeto progressista, mas também pelo ineditismo de seu Projeto Político Pedagógico, sem precedente no Brasil. São fruto de uma conjuntura e de um Projeto Nacional que ousava pensar e realizar o que ninguém fizera antes.

Os institutos, com mais de 650 câmpus dispersos pelo país (e logo serão agregadas mais 100 unidades), além de várias unidades avançadas, atuam em cursos técnicos (50% das vagas, preferencialmente na forma integrada com o Ensino Médio); licenciaturas (20% das vagas) e graduações/bacharelados (30% das vagas), podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais. São mais de 8.000 cursos e 1.200.000 estudantes. A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à pós-graduação, é um dos fundamentos dos IF. Ela permite aos docentes atuarem em diferentes níveis do ensino/pesquisa/extensão e aos estudantes compartilharem espaços de aprendizagem, possibilitando o delineamento de trajetórias formativas que podem ir do curso técnico ao doutorado.

A estrutura multicâmpus e a clara definição do território de abrangência das ações dos institutos afirmam na missão destes o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, local e regional.

Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalização de pessoas para

ocupações determinadas pelo mercado. Na proposta de sua configuração, é indispensável agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho (no seu sentido histórico, sem esquecer seu sentido ontológico), discutindo os princípios das tecnologias a ele concernentes.

Os institutos federais superaram a matriz de universidade/escola técnica vinculada, que corresponde a uma concepção hierarquizada do conhecimento, equivalente à estratificação das classes sociais: Universidade para as classes dominantes e escola técnica para os trabalhadores. Sua originalidade, sua qualidade e sua capilaridade por todo o território nacional os tornam algo singular na educação brasileira. Agreguem-se a isso outras ousadias introduzidas pelos institutos: estruturas democráticas com ampla autonomia; eleições diretas, paritárias e uninominais dos dirigentes; atuação em rede e uma concepção político-pedagógica comum a todos eles. Claro que numa rede educacional desse porte existem diferenças entre as diversas unidades, no entanto elas mantêm uma identidade comum.

O fato de serem uma institucionalidade absolutamente nova, sem referência nas instituições conhecidas até então (universidade, escola técnica etc.) lhes coloca um desafio gigantesco: estabelecer e consolidar uma nova referência educacional sem precedentes.

A busca da singularidade, do ineditismo é o que pode assegurar a permanência dessa instituição denominada institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Diversas são as suas singularidades e, certamente, o compromisso com a formação humana integral em todos os níveis e modalidades, com a omnilateralidade, é a principal. Destaca-se nesse aspecto o ensino médio integrado, inclusive na modalidade da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Este é o princípio fundante dos institutos federais e o grande desafio dos educadores e educadoras que neles atuam.

Um equívoco comum é entender que esse princípio se aplica apenas ao ensino médio integrado, quando, na verdade, a omnilateralidade deve perpassar por todos os níveis e modalidades. A educação integral não é um método, mas uma concepção de homem e de sociedade, que recusa a orientação da escola burguesa de educação geral, de qualidade, para as elites, e a educação profissional para os trabalhadores, reproduzindo a sociedade de classes. Em uma perspectiva de verticalidade, os

princípios norteadores dos institutos federais têm de ser os mesmos em todos os níveis e cursos.

A segunda singularidade é o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os níveis de forma indissociável. A crença de que pesquisa e extensão são prerrogativas do chamado ensino superior, além de um equívoco pedagógico, revela o preconceito que separa saber acadêmico de saber popular, estabelecendo uma hierarquia de saberes correspondente à hierarquia classista.

A terceira singularidade a ser desenvolvida e consolidada é a atuação em rede, algo inédito na estrutura educacional brasileira, em que as instituições públicas, no máximo, estabelecem colaborações bilaterais, muito raramente envolvendo várias instituições. Essa atuação em rede dá aos institutos federais uma identidade única de norte a sul do país, uma vez que todos têm os mesmos fundamentos político-pedagógicos.

A quarta singularidade e a mais extraordinária é que uma política com tal grau de expansão tenha mantido a qualidade no conjunto da Rede Federal, colocando os institutos federais como as melhores escolas do país e entre as melhores do mundo: públicas, democráticas, gratuitas e de qualidade – a utopia de qualquer educadora e educador progressista.

Defender os institutos federais é defender que este país tenha um futuro e que seja possível uma escola pública democrática e de qualidade para os trabalhadores e seus filhos. A inexistência de um modelo anterior e a construção coletiva nos levaram a criar algo absolutamente novo, o inédito viável de Paulo Freire.

A constituição da Rede Federal, em especial dos institutos federais, é a mais importante política educacional pública já construída em nosso país, apesar de ignorada até hoje pelas faculdades de educação de nossas universidades. Eles foram constituídos por meio de um amplo e democrático debate, não apenas com as entidades representativas dos docentes da Rede Federal: Concefet (dirigentes dos Cefets), Coneaf (dirigentes das Escolas Agrícolas) e Condetuf (escolas vinculadas às Universidades), mas em grandes assembleias, reunindo professores e técnicos de cada câmpus.

Na constituição dos institutos federais tudo foi por livre adesão. Dois Cefets (Rio de Janeiro e Minas Gerais) não aderiram aos institutos

e continuaram integrando a Rede Federal, sem terem sofrido nenhuma restrição política ou orçamentária. Entretanto, depois de 15 anos e como não poderia ser diferente, as diversas concepções existentes em uma sociedade de classes como a brasileira, se refletem no interior dos câmpus. Sempre haverá aqueles que, embalados por uma concepção pequeno-burguesa ou burguesa, advogarão o abandono da proposta revolucionária dos institutos federais, identificada com o mundo do trabalho e com a transformação progressista da sociedade, para a adoção de um modelo academicista, transformando-os num arremedo de universidade.

Enfim, não são pequenos os desafios, mas, certamente, os institutos federais estão aparelhados e preparados para enfrentá-los e vencê-los. E não seria diferente na Região Sul do país, com a implantação de seis instituições, uma no Paraná (IFPR), duas em Santa Catarina (IFC e IFSC) e três no Rio Grande do Sul (IFRS, IFFar e IFSul). A capacidade de superação de desafios é uma constante do povo do Sul. A distribuição geográfica dos câmpus na região, a diversidade de cursos oferecidos e a quantidade de estudantes bem preparados comprovam que a adesão ao projeto de implantação dos institutos federais foi uma decisão correta e de muito êxito. A história individual de cada instituto federal se constituiu em base sólida para o crescimento e o fortalecimento da Rede na região, o que contribuiu, significativamente, para a consolidação em nível nacional.

Parabenizo este trabalho extremamente significativo e importante para o futuro de nosso país.

ELIEZER PACHECO

APRESENTAÇÃO

A VIDA É UNS DEVERES QUE NÓS TROUXEMOS PARA FAZER EM CASA.
QUANDO SE VÊ, JÁ SÃO 6 HORAS: HÁ TEMPO...
QUANDO SE VÊ, JÁ É 6ª-FEIRA...
QUANDO SE VÊ, PASSARAM 60 ANOS!
[...]

Mário Quintana¹
Seiscentos e sessenta e seis (O Tempo)

Inicia-se a apresentação deste volume, referente à Região Sul, da coleção Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, com a reflexão do poema em epígrafe, de autoria de um poeta gaúcho: a passagem do tempo.

Este volume apresenta a história dos seis institutos federais (IF) que se situam na Região Sul: um deles no estado do Paraná, IF Paraná (IFPR); dois no estado de Santa Catarina, IF Catarinense (IFC) e IF Santa Catarina (IFSC), e três no estado do Rio Grande do Sul, IF Rio Grande do Sul (IFRS), IF Farroupilha (IFFar) e IF Sul-rio-grandense (IFSul). São histórias que se entrelaçam e que se assemelham – em certa medida –, em razão de seus antecedentes e seus propósitos comuns: promover formação sólida, ao longo do tempo, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Na capa do volume aparece uma imponente representante da flora da região: a araucária (*araucaria angustifolia*), também conhecida como pinheiro-do-paraná, pinheiro-brasileiro, pinheiro-das-missões, presente nos três estados do sul do Brasil. As características biológicas da araucária – árvore de tronco cilíndrico e reto, cujas copas dão um destaque especial à paisagem, podendo viver até 700 anos, alcançando

¹ QUINTANA, Mário. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. p. 479

diâmetros de 2 metros e altura de 50 metros – servem como metáfora para a existência e a permanência da educação profissional, resistindo às adversidades e adaptando-se aos novos tempos e desafios. Os frutos dessa árvore – a pinha ou o pinhão – alimentam diferentes espécies, como a bela gralha azul, e permanecem presentes na cultura, em especial na culinária sulina. Nesse sentido, a araucária poderia representar a história dos institutos federais do sul, por seu crescimento lento e duradouro, como um exemplo de como a adaptação e a resiliência são fundamentais para o sucesso da Rede.

Assim como as araucárias precisam ser estudadas, para que seu valor seja reconhecido e sua preservação garantida, a história da Rede Federal precisa de uma publicação que oportunize a visibilidade necessária para seu reconhecimento. Para tanto, foi organizado este volume (que se soma a outros quatro), tendo as histórias das instituições pesquisadas e relatadas por servidoras/es, que, atuando como autoras e autores convidadas/os, designadas/os por portarias emitidas pelas Reitorias, demonstram a relevância e o compromisso assumido com a participação institucional na coleção.

As autoras e os autores receberam orientações básicas para a produção textual e a inclusão de imagens, com o objetivo de ilustrar a evolução histórica das unidades educacionais, assegurando-lhes total liberdade na narrativa e na escolha dos fatos e atos avaliados como mais significativos na trajetória institucional.

A leitora e o leitor terá a oportunidade de conhecer, por exemplo, um pouco da história da Deutsche Schule, criada em 1869, na cidade de Curitiba/PR, que dá origem ao IFPR, bem como da cidade de Pelotas/RS, que foi sede do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul (Cefet/RS), o qual, por não estar localizado na capital do estado, transformou-se em IFSul, visto que as siglas dos estados eram destinadas às sedes em capitais.

Do mesmo modo, encontrará neste volume importantes relatos sobre decisões políticas que impactaram a localização física de algumas unidades, as escolhas dos cursos a oferecer, os investimentos para a expansão das estruturas educacionais, com laboratórios e equipamentos de alta tecnologia – tudo isso experienciado nos dois institutos do estado de Santa Catarina, para que, juntos, oferecessem hoje uma cobertura

profissional, científica e tecnológica ampla, com os 23 câmpus do IFSC e os 15 câmpus do IFC, com cursos voltados sempre aos arranjos produtivos locais. Somam-se a estes, 15 câmpus no IFSul, 26 câmpus no IFPR, 17 câmpus no IFRS e 11 câmpus no IFFar, totalizando 113 unidades administrativas: 107 câmpus e 6 reitorias.

Outro aspecto muito significativo no cerne das instituições, também abordado neste volume, é a origem vinculada à Escola de Aprendizizes Artífices, do início do século XX, bem como às tantas escolas agrícolas, como é caso do IFFar, além da singular organização de diferentes instituições, como as que originaram o IFRS.

Toda essa diversidade, somada às características da população dos estados da Região Sul, marcadamente por sua origem e capacidade de resistência, se espelham nos institutos federais, que atuam como protagonistas no desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que respeitam o legado natural e cultural de suas comunidades.

E assim, retomando o poema de Mário Quintana, quando nos damos conta se passaram 60 anos, 100 anos... quase 200 anos mudando o Brasil. E, a exemplo do que acontece com a araucária, que se mantém forte na passagem de tantos anos, mas que necessita de proteção e cuidado para sua preservação, toda essa história precisa ser também preservada, registrada e, mais do que isso, lida e valorizada por todas e todos que entendem a importância da memória institucional.

Desfrute sem pressa a leitura de cada capítulo, transportando-se no tempo, alimentando seu imaginário e projetando um futuro ainda mais promissor para os institutos federais da Região Sul do Brasil.

Boa leitura!

CARLA ROSANI SILVA FIORI
ORGANIZADORA